



COPEL
Companhia Paranaense de Energia

Copel Serviços S.A.

CNPJ nº 19.126.003/0001-02

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2021

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 Contexto Operacional	10
2 Base de Preparação	11
3 Principais Políticas Contábeis	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	16
5 Outros créditos	16
6 Imobilizado	16
7 Intangível	17
8 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos	17
9 Obrigações sociais e trabalhistas	18
10 Transações com Partes Relacionadas	18
11 Benefícios Pós-emprego	18
12 Provisões e Passivos Contingentes	23
13 Patrimônio Líquido	23
14 Receita operacional líquida	24
15 Despesas Operacionais	24
16 Resultado Financeiro	24
17 Imposto de renda e contribuição social	25
18 Instrumentos Financeiros	25
19 Seguros	26
20 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	26
21 Eventos subsequentes	26
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	27
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	30
PARECER DO CONSELHO FISCAL	38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A Copel Serviços S.A (“Companhia” ou “Copel Serviços”), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Foi constituída em 2013, originalmente com a denominação de Copel Renováveis S.A e com a missão de ampliar a geração em fontes alternativas renováveis, atuando ativamente neste negócio com a pesquisa, implantação e gestão de parques eólicos instalados no estado do Rio Grande do Norte até o terceiro trimestre de 2017.

No intuito de ganho de produtividade e escala em seus negócios, a Copel, objetivando principalmente a otimização da gestão de custos, efetuou um processo de reestruturação organizacional na Companhia, de modo que em 09.10.2020 a 26ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração da denominação para Copel Serviços S.A e o novo objeto social da Companhia.

A partir de agosto de 2021 a Copel Serviços foi a contraparte no contrato de prestação de serviços de operação e manutenção dos ativos de telecomunicações para o período de transição imediatamente após o desinvestimento da Copel Telecomunicações S.A pela Copel. Os empregados da Copel Telecomunicações foram transferidos para a Copel Serviços para atender ao contrato, que teve vigência até fevereiro de 2022.

Atualmente, a Copel analisa a possibilidade de a Copel Serviços vir a atuar em outros segmentos de negócios, tais como geração distribuída, iluminação pública, publicidade e/ou cobrança em faturas, eficiência energética, co-geração, armazenamento de energia, mobilidade urbana, *smart cities*, consultoria em energia, exploração de *big data*, iniciativas de inovação aberta incluindo a participação em *startups*.

Deste modo, a Companhia busca colaborar com o desenvolvimento do grupo, atenta às oportunidades do mercado.

Adriano Rudek de Moura

Diretor Geral

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2021	2020	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	47.423	30.486	55,6
Caixa e equivalentes de caixa	21.470	29.011	(26,0)
Receita operacional bruta	46.488	-	100,0
Deduções da receita	(6.010)	-	100,0
Receita operacional líquida	40.478	-	100,0
Custos e despesas operacionais	(34.861)	(489)	7.029,0
Resultado das atividades	5.617	(489)	(1.248,7)
Ebitda ou Lajida	6.721	(302)	(2.325,5)
Resultado financeiro	165	753	(78,1)
IRPJ/CSLL	(3.578)	(57)	6.177,2
Lucro operacional	5.782	264	2.090,2
Lucro líquido do exercício	2.204	207	964,7
Patrimônio líquido (a)	(20.269)	29.387	(169,0)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,1	140,5	(99,2)
Liquidez geral (índice)	0,5	27,3	(98,2)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	16,6	-	-
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	14,3	-	-
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	5,4	-	-
Participação de capital de terceiros (%)	142,7	3,6	3.863,9
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	7,5	0,7	971,4
⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)			

(a) O patrimônio líquido negativo em 31.12.2021 é decorrente do saldo dos ajustes de avaliação patrimonial do benefício pós emprego dos empregados que foram transferidos da Copel Telecomunicações para a Copel Serviços durante o ano de 2021. Esta situação se reverterá em 2022 com a transferência dos empregados para as demais subsidiárias da Copel.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Secretário Executivo VAGA EM ABERTO
Membro ANA LETÍCIA FELLER

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Presidente MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Membros CARLOS BIEDERMANN
LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA

CONSELHO FISCAL

Presidente DEMETRIUS NICHELE MACEI
Membros Titulares HARRY FRANCÓIA JÚNIOR
JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO
Membros Suplentes VAGA EM ABERTO
VERÔNICA PEIXOTO COELHO
OTAMIR CESAR MARTINS

DIRETORIA

Diretor Geral ADRIANO RUDEK DE MOURA
Diretor de Finanças ADRIANO RUDEK DE MOURA
Diretor Jurídico e Regulatório EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0 RONALDO BOSCO SOARES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e de 2020

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.470	29.011
Outros créditos	5	9.639	38
Estoques		240	-
Imposto de renda e contribuição social		127	529
Outros tributos a recuperar		-	66
Despesas antecipadas		119	-
		31.595	29.644
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		428	343
		428	343
Imobilizado	6	2.415	161
Intangível	7	1.757	338
Direito de uso de ativos	8	11.228	-
		15.828	842
TOTAL DO ATIVO		47.423	30.486
PASSIVO	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	9	21.309	-
Partes relacionadas	10	28	27
Fornecedores		1.155	89
Imposto de renda e contribuição social		348	58
Outras obrigações fiscais		1.038	-
Benefícios pós-emprego	11	2.547	34
Passivo de arrendamentos	8	538	-
Outras contas a pagar		845	3
		27.808	211
NÃO CIRCULANTE			
Outras obrigações fiscais		503	343
Benefícios pós-emprego	11	28.480	545
Passivo de arrendamentos	8	10.842	-
Provisões para litígios	12	59	-
		39.884	888
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO			
Capital social	13.1	15.085	39.049
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.600	-
Ajustes de avaliação patrimonial	13.2	(27.868)	1.628
Prejuízos acumulados		(9.086)	(11.290)
		(20.269)	29.387
TOTAL DO PASSIVO		47.423	30.486

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	40.478	-
Custos Operacionais	15	(22.603)	-
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		17.875	-
Outras Despesas Operacionais	15		
Despesas com vendas		(3.250)	-
Despesas gerais e administrativas		(8.613)	(489)
Outras despesas operacionais, líquidas		(395)	-
		(12.258)	(489)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		5.617	(489)
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		670	760
Despesas financeiras		(505)	(7)
		165	753
LUCRO OPERACIONAL		5.782	264
Imposto de renda e contribuição social	17	(3.578)	(57)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.204	207

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.204	207
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganho (perda) com passivos atuariais - benefícios pós-emprego	11.4	(29.496)	4
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(27.292)	211

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020		39.049		1.624	(11.497)	29.176
Lucro líquido do exercício		-	-	-	207	207
Outros resultados abrangentes						
Ganhos atuariais	11.4	-	-	4	-	4
Resultado abrangente do exercício		-	-	4	207	211
Saldo em 31 de dezembro de 2020		39.049	-	1.628	(11.290)	29.387
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.204	2.204
Outros resultados abrangentes						
Perdas atuariais	11.4	-	-	(29.496)	-	(29.496)
Resultado abrangente do exercício		-	-	(29.496)	2.204	(27.292)
Redução de capital	13.1	(28.000)	-	-	-	(28.000)
Recebimento de adiantamento		-	1.600	-	-	1.600
Aumento de capital	13.1	4.036	-	-	-	4.036
Saldo em 31 de dezembro de 2021		15.085	1.600	(27.868)	(9.086)	(20.269)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		2.204	207
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Variações monetárias não realizadas - líquidas		421	(6)
Imposto de renda e contribuição social	17	3.578	57
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	11.4	5.330	36
Depreciação e amortização	15	1.104	187
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	15	59	-
		12.696	481
Redução (aumento) dos ativos			
Depósitos judiciais		(72)	-
Outros créditos		(9.601)	(38)
Estoques		22	-
Imposto de renda e contribuição social		(5)	(58)
Outros tributos a recuperar		1	36
Despesas antecipadas		(119)	-
		(9.774)	(60)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		21.309	-
Partes relacionadas		1	(1)
Fornecedores		1.066	85
Outras obrigações fiscais		1.670	5
Benefícios pós-emprego	11.4	(4.379)	(34)
Outras contas a pagar		842	(5)
		20.509	50
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		23.431	471
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.288)	(150)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos	8.2	(437)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		19.706	321
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	6	(165)	-
Aquisições de intangível	7	(518)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		(683)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		1.600	-
Redução de capital	13.1	(28.000)	-
Amortização de passivo de arrendamentos	8.2	(164)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
		(26.564)	-
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(7.541)	321
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	29.011	28.690
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	21.470	29.011
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(7.541)	321

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Copel Serviços S.A (“Companhia” ou “Copel Serviços”), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Foi constituída em 2013, originalmente com a denominação de Copel Renováveis S.A. No entanto, a Copel, objetivando principalmente a otimização da gestão de custos, efetuou um processo de reestruturação organizacional na Companhia. Em 09.10.2020 a 26ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração da denominação para Copel Serviços S.A e o novo objeto social da Companhia.

A partir de agosto de 2021 a Copel Serviços foi a contraparte no contrato de prestação de serviços de operação e manutenção dos ativos de telecomunicações para o período de transição imediatamente após o desinvestimento da Copel Telecomunicações S.A. pela Copel, o contrato teve vigência até fevereiro de 2022. A Copel também analisa a possibilidade de a Copel Serviços vir a atuar em outros segmentos de negócios, tais como geração distribuída, iluminação pública, publicidade e/ou cobrança em faturas, eficiência energética, co-geração, armazenamento de energia, mobilidade urbana, *smart cities*, consultoria em energia, exploração de *big data*, iniciativas de inovação aberta incluindo a participação em *startups*.

a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

A partir de março de 2020, após a atribuição do status de pandemia ao coronavírus pela Organização Mundial de Saúde - OMS, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

Copel Serviços S.A.

A queda no crescimento e recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades causada pelo surto de coronavírus, vem afetando a performance da economia brasileira. Porém, até o momento não houve impacto nos negócios da Copel Serviços que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2021 e até a data desta publicação.

2 Base de Preparação

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29.03.2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre estimativas e julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que podem ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Copel Serviços S.A.

- NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros; e
- NEs nºs 3.4 e 11 - Benefícios Pós-emprego.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

Conforme apresentado na NE nº 1, em 2020 a Companhia passou por processo de reestruturação organizacional e durante o exercício de 2021, após a venda da Copel Telecomunicações pela Copel, a Copel Serviços firmou contrato de prestação de serviços de operação e manutenção dos ativos de telecomunicações para o período de transição após o desinvestimento da subsidiária.

Os empregados da Copel Telecomunicações foram transferidos para a Copel Serviços que, conseqüentemente, assumiu os passivos de obrigações sociais e trabalhistas e de benefício pós-emprego destes empregados, resultando no saldo negativo do Patrimônio Líquido em 31.12.2021, situação que não permanecerá em 2022 tendo em vista o encerramento do contrato de prestação de serviços e a transferência dos empregados para as demais subsidiárias da Copel.

Os fatores acima indicam que existem incertezas relevantes que pode levantar dúvida significativa sobre a capacidade da entidade de manter sua continuidade operacional. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional tendo em vista que já existem estudos e avaliações da Administração sobre a possibilidade de atuação em outros segmentos de negócios e, adicionalmente, a Companhia conta com o suporte financeiro recebido da Controladora.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, não tem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Copel Serviços S.A.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

3.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.3 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Tributos

3.2.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

Copel Serviços S.A.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

3.2.2 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas financeiras estão sujeitas à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.3 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

3.4 Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e Plano Assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e seus dependentes legais. Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado) pela companhia. O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Copel Serviços S.A.

3.5 Reconhecimento da Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente da prestação de serviços.

3.6 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2021

A partir do exercício de 2021 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2”.
- (ii) Alteração do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - concessões de aluguel relacionadas à Covid-19.

3.7 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2022 e de 2023 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso (a partir de 1º.01.2022);
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido (a partir de 1º.01.2022);
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual (a partir de 1º.01.2022);
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41 (a partir de 1º.01.2022);
- (v) CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (a partir de 1º.01.2023);
- (vi) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2022);
- (vii) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (viii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ix) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023).
- (x) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

Copel Serviços S.A.

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos conta movimento	39	24
Aplicações financeiras de liquidez imediata	21.431	28.987
	21.470	29.011

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 78,0% e 99,25% (entre 98,5% e 99,25%, em 31.12.2020) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Em 16.03.2021 foi transferido para a Copel o montante de R\$ 28.000 decorrente da redução do capital social deliberado na 28ª Assembleia Geral (NE nº 13.1).

5 Outros créditos

O saldo se refere ao contrato firmado com a Copel Telecomunicações, para prestação de serviços de operação e manutenção dos ativos de telecomunicações para o período de transição imediatamente após o a venda da subsidiária pela Copel.

6 Imobilizado

	Saldo em 1º.01.2021	Aquisições/ Impairment	Depreciação	Cisão de ativos (NE nº 13.1)	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2021
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	132		(232)	1.817	72	1.789
Veículos	16		(7)		-	9
Móveis e utensílios	13		(21)	344	94	430
	161	-	(260)	2.161	166	2.228
Em curso						
Custo	-	166		434	(413)	187
	-	166	-	434	(413)	187
	161	166	(260)	2.595	(247)	2.415

7 Intangível

	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2020	460	-	460
Quotas de amortização	(122)	-	(122)
Em 31.12.2020	338	-	338
Aquisições	-	506	506
Cisão de ativos (NE nº 13.1)	916	525	1.441
Quotas de amortização	(528)	-	(528)
Em 31.12.2021	726	1.031	1.757

8 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

8.1 Direito de uso de ativos

	Saldo em 1º.01.2021	Adições (a)	Amortização	Saldo em 31.12.2021
Em serviço				
Imóveis	-	10.715	(237)	10.478
Equipamentos	-	829	(79)	750
	-	11.544	(316)	11.228

a) Do total de adições, R\$ 10.568 referem-se ao contrato de locação de imóvel firmado entre a Copel e suas subsidiárias integrais e a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social e a Copel. A Copel Serviços, que já fazia parte deste contrato corporativo, atualizou o saldo deste ativo com os valores que estavam registrados na Copel Telecomunicações, após a venda desta subsidiária. A contrapartida deste ajuste foi no passivo de arrendamentos, conforme demonstrado na NE nº 8.2.

8.2 Passivo de arrendamentos

Em 1º.01.2021	-
Adições	11.544
Encargos	437
Pagamento - principal	(164)
Pagamento - encargos	(437)
Em 31.12.2021	11.380
	Circulante 538
	Não circulante 10.842

Copel Serviços S.A.

9 Obrigações sociais e trabalhistas

	31.12.2021	31.12.2020
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	1.532	-
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	1.030	-
	2.562	-
Obrigações trabalhistas		
Férias	3.498	-
Provisões por desempenho e participação nos lucros	15.043	-
Programa de desligamentos voluntários	206	-
	18.747	-
	21.309	-

Em junho de 2020 os empregados da Copel Telecomunicações foram transferidos para a Copel Serviços para atender ao contrato de prestação de serviços de operação e manutenção dos ativos de telecomunicações para o período de transição após a venda da subsidiária pela Copel.

10 Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2021	31.12.2020
Passivo circulante - Compartilhamento de estrutura		
Controladora - Copel	(4)	(4)
Entidades sob controle em comum		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(10)	(8)
Copel Distribuição S.A.	(14)	(15)
	(28)	(27)
	(28)	(27)

Os saldos em 31.12.2021 referem-se ao contrato de compartilhamento de gastos com pessoal firmado entre a Copel e suas subsidiárias.

Em 2021, a Companhia registrou despesas com seus Administradores referentes a honorários e encargos no valor de R\$ 563 (R\$ 2 em 2020).

A Companhia patrocina planos previdenciário e assistencial aos Administradores, conforme apresentado na NE nº 11.

11 Benefícios Pós-emprego

A Companhia mantém planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para aposentados e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. Em 2021, com o desinvestimento na Copel Telecomunicações, a maioria dos seus empregados ativos e inativos foram absorvidos pela Copel Serviços. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

Copel Serviços S.A.

11.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

11.2 Plano assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados aposentados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

11.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Planos previdenciários	16	-
Planos assistenciais	31.011	579
	Circulante	34
	Não circulante	545

11.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

Em 1º.01.2020	581
Apropriação do cálculo atuarial	36
Ajuste referente a ganhos atuariais	(4)
Amortizações	(34)
Em 31.12.2020	579
Apropriação do cálculo atuarial	2.223
Contribuições previdenciárias e assistenciais	3.108
Ajuste referente a perdas atuariais	29.496
Amortizações	(4.379)
Em 31.12.2021	31.027

O aumento dos passivos em 2021 é decorrente da transferência dos valores do benefício pós emprego da Copel Telecomunicações para a Copel Serviços. Em 2022, com a transferência dos empregados para demais subsidiárias da Copel, conforme descrito na NE nº 21.1, o saldo de passivos atuariais será zerado.

11.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

11.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2021 e 2020, estão demonstradas a seguir:

	2021		2020	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	5,50%	-	4,00%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	5,20%	10,99%	2,85%	6,96%
Planos Unificado - Saldado	5,40%	11,20%	3,20%	7,33%
Planos III	5,30%	11,09%	3,40%	7,54%
Planos Assistencial	5,30%	11,09%	3,20%	7,33%
Crescimento salarial/custos médicos				
Plano Unificado a.a.	0,00%	5,50%	0,00%	4,00%
Plano III a.a.	1,00%	6,56%	1,00%	5,04%
Plano Assintencial - Aging Factor	5,80%	11,62%	4,60%	8,78%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

11.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2021		
Participantes aposentados	11,60	23,47
Participantes pensionistas	13,22	27,02
Em 31.12.2020		
Participantes aposentados	12,38	23,16
Participantes pensionistas	14,07	24,98

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é, respectivamente, de 67,85 e 67,54 anos.

11.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e do Plano III para 31.12.2021 totalizaram, respectivamente, superávit de R\$ 17.060 e de R\$ 584, enquanto que, em 31.12.2020, a posição era, respectivamente, de R\$ 508 e de R\$ 718. A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2021, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2021	31.12.2020
Obrigações total ou parcialmente cobertas	149.835	159.964	35.770	345.569	13.222
Valor justo dos ativos do plano	(166.895)	(160.548)	(4.759)	(332.202)	(13.869)
Estado de cobertura do plano	(17.060)	(584)	31.011	13.367	(647)
Ativo não reconhecido	17.060	584	-	17.644	1.226
	-	-	31.011	31.011	579

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais de acordo com o relatório atuarial, na data

Copel Serviços S.A.

base 31.12.2021, conforme apresentado na Demonstração de Resultados Abrangentes.

11.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2020	4.175	8.457	677
Custo de serviço	-	-	-
Custo dos juros	258	524	42
Benefícios pagos	(273)	(510)	-
Perdas / (ganhos) atuariais	47	(123)	(52)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2020	4.207	8.348	667
Custo de serviço	-	-	-
Custo dos juros	308	629	49
Benefícios pagos	(11.848)	(11.300)	-
Perdas atuariais	157.168	162.287	35.054
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2021	149.835	159.964	35.770

11.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2020	4.797	8.709	96
Retorno esperado dos ativos	378	562	7
Contribuições e aportes	-	343	-
Benefícios pagos	(273)	(510)	-
Perdas atuariais	(187)	(38)	(15)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2020	4.715	9.066	88
Retorno esperado dos ativos	521	334	3
Contribuições e aportes	392	342	-
Benefícios pagos	(11.848)	(11.300)	-
Ganhos atuariais	173.115	162.106	4.668
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2021	166.895	160.548	4.759

11.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2022, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	-	127	190
Custo estimado dos juros	16.461	17.575	3.592
Rendimento esperado do ativo do plano	(17.858)	(17.524)	(514)
Contribuições estimadas dos empregados	-	(63)	-
Custos (receitas)	(1.397)	115	3.268

Copel Serviços S.A.

11.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(30.520)	29.431
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(6.403)	6.009
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	2.432	(2.361)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	13	(13)
Sensibilidade ao custo do serviço		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	12	(12)
Impactos nas obrigações do programa de saúde	34	(32)

11.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2022	7.543	10.143	2.122	19.808
2023	7.174	9.638	2.061	18.873
2024	6.827	9.164	2.058	18.049
2025	6.506	8.711	1.987	17.204
2026	6.187	8.279	1.923	16.389
2027 a 2051	64.961	96.409	20.029	181.399

11.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2021 e a alocação-meta para 2022, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2022 (*)	2021
Renda fixa	71,1%	69,6%
Renda variável	10,0%	7,2%
Empréstimos	1,2%	1,6%
Investimentos imobiliários	2,7%	5,8%
Investimentos estruturados	10,2%	10,5%
Investimentos no exterior	4,8%	5,3%
	100,0%	100,0%

(*) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

Copel Serviços S.A.

Adicionalmente, seguem informações referentes à alocação de ativos de planos previdenciários patrocinados pela Companhia:

	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	83,5%	43,0%	53,0%	22,0%
Renda variável	3,0%	2,0%	12,0%	7,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	3,0%	0,0%
Investimentos imobiliários	4,0%	0,0%	8,0%	0,0%
Investimentos estruturados	6,0%	0,0%	16,0%	0,0%
Investimentos no exterior	3,0%	0,0%	8,0%	0,0%

(*) Alocação Estratégica 2021.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

12 Provisões e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.3 são atendidos. Em 31.12.2021 o saldo registrado no montante de R\$ 59 refere-se a ações trabalhistas.

Passivos contingentes são obrigações presentes sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2021 a Companhia possui R\$ 122 referente a passivos contingentes de ações trabalhistas. Em 31.12.2020 não havia saldo de passivos contingentes.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica do sistema judiciário brasileiro. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

Adicionalmente, a Companhia discute processo judicial na justiça federal relativo a incidência de contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O saldo de R\$ 503 (R\$ 343, em 31.12.2020) está registrado no passivo não circulante, na rubrica de Outras obrigações fiscais e para esta contingência foram depositados judicialmente R\$ 428, registrados no ativo, na rubrica de depósitos judiciais.

13 Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2021, de R\$ 15.085 (R\$ 39.049, em 31.12.2020) é composto por 15.084.872 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

Em janeiro de 2021 a 28ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração do capital social, com redução de R\$ 28.000 mediante devolução de caixa, conforme apresentado na NE nº 4.

Copel Serviços S.A.

Em agosto de 2021 a 29ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou aumento de capital social de R\$ 4.036 por meio da absorção de ativos na operação de cisão parcial da Copel Telecomunicações (R\$ 2.595 de ativo imobilizado e R\$ 1.441 e ativo intangível, conforme demonstrado nas NEs nºs 6 e 7)..

13.2 Mutação do ajuste de avalia o patrimonial

Em 1^o.01.2020	1.624
Passivos atuariais - Benef�cios p�s-emprego (NE n� 11.4)	4
Em 31.12.2020	1.628
Passivos atuariais - Benef�cios p�s-emprego (NE n� 11.4)	(29.496)
Em 31.12.2021	(27.868)

14 Receita operacional líquida

	31.12.2021	31.12.2020
Presta�o de servi�os de consultoria	15.400	-
Presta�o de servi�os de opera�o e manuten�o	16.126	-
Outras receitas	14.962	-
(-) Dedu�o�es da receita	(6.010)	-
	40.478	-

15 Despesas Operacionais

	31.12.2021	31.12.2020
Pessoal e administradores	(27.377)	(89)
Planos previdenci�rio e assistencial	(3.806)	(42)
Material	(30)	(5)
Servi�os de terceiros	(1.925)	(164)
Deprecia�o e amortiza�o	(1.104)	(187)
Provis�o�es e revers�o�es	(59)	-
Outros custos e despesas operacionais, l�quidos	(560)	(2)
	(34.861)	(489)

O acréscimo de 2020 para 2021 é decorrente da transferência dos empregados da Copel Telecomunicações ocorrido em junho de 2021, conforme descrito na NE n  9.

16 Resultado Financeiro

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas financeiras		
Renda de aplica�o�es financeiras	684	784
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(32)	(37)
Outras receitas financeiras	18	13
	670	760
(-) Despesas financeiras		
Varia�o�es monet�rias e outras despesas financeiras	505	7
	505	7
L�quido	165	753

17 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	5.782	264
IRPJ e CSLL (34%)	(1.966)	(90)
Efeitos fiscais sobre:		
Despesas indedutíveis	(3.272)	(19)
Incentivos fiscais	1.636	25
Outros	24	27
IRPJ e CSLL correntes	(3.578)	(57)
IRPJ e CSLL diferidos	-	-
Alíquota efetiva - %	61,9%	21,6%

A Companhia não reconheceu créditos de imposto de renda e contribuição social por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

18 Instrumentos Financeiros

18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2021		31.12.2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	21.470	21.470	29.011	29.011
Passivos Financeiros - Custo amortizado						
Fornecedores (a)			1.155	1.155	89	89

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

(a) O valor justo é equivalente ao valor contábil, em razão da natureza e do prazo de realização.

18.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1 Risco de crédito

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos financeiros, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Copel Serviços S.A.

19 Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O(a)	28.03.2023	139.513
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2022	81.894
Riscos Nomeados	24.08.2022	48.891

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2021, de R\$ 5,5805.

Além dos seguros relacionados, a Companhia contrata outras apólices de seguros com menores valores, tais como seguro de riscos diversos e garantia de pagamento. Os seguros de garantia contratados pela Companhia possuem como avalista a Copel.

20 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

20.1 Transações que não envolvem caixa

Conforme a NE nº 13.1, o aumento de capital ocorreu mediante a absorção de ativos na operação de cisão parcial da Copel Telecomunicações.

Conforme a NE nº 8, as adições e ajustes por remuneração ocorridos no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 11.544 sendo que tal reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

21 Eventos subsequentes

21.1 Encerramento do contrato de prestação de serviços com a Copel Telecomunicações

Em fevereiro de 2022 foi encerrado o contrato de prestação de serviços de operação e manutenção dos ativos de telecomunicações para o período de transição imediatamente após a venda da Copel Telecomunicações pela Copel. Parte dos empregados registrados na Copel Serviços em 31.12.2021 aderiram ao programa de desligamento voluntário proposto pela Companhia e os demais foram transferidos para as demais subsidiárias da Copel.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Copel Serviços S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Serviços S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.5 às demonstrações financeiras, a qual indica que, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo de R\$20.269 e que, conforme a nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, em fevereiro de 2022, foi encerrado contrato que a Companhia mantinha. Parte dos empregados aderiram ao programa de desligamento voluntário e os demais foram transferidos para as demais subsidiárias do grupo Copel. Adicionalmente, conforme as notas explicativas nº 1 e 2.5 às demonstrações financeiras, a Companhia passou por processo de reestruturação organizacional, e a Diretoria da Companhia está avaliando a possibilidade de atuar em outros segmentos de negócios. Essas situações indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Assuntos relacionados à COVID-19

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve os efeitos e potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações, bem como as ações planejadas e as ações tomadas até o momento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

- I. ter a maioria de membros independentes nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016;*
- II. no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente;*
- III. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*
- IV. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e*
- V. o Presidente do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração.*

As características, composição, funcionamento e competências do Colegiado são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessoria e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário estão a de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Desde 2019, o CAE conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades. Inicialmente, o plano foi desenvolvido pela consultoria *PricewaterhouseCoopers* - PwC, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel. No desenvolvimento do plano foram consideradas a legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Para estudo e desenvolvimento desse plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das responsabilidades do CAE; plano para atender as responsabilidades; referências de *benchmarks*; aspectos sobre treinamentos e discussões com o Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução dessas atividades ao longo de um ano. A estrutura desse cronograma contempla os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei nº 13.313/2016, à Lei *Sarbanes-Oxley* - SOx 301/407, à Instrução CVM 509/2011, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

Em 2021, por solicitação do CAE, houve um trabalho de reestruturação do plano de trabalho, com vistas ao seu aprimoramento, com apoio da consultoria *Ernst & Young* – EY, em conjunto com a assessoria do CAE, Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária – SEC. A reestruturação considerou a legislação vigente, Estatuto Social, demais normativas internas e boas práticas de mercado. A metodologia de trabalho incluiu: revisão das responsabilidades do CAE; forma de atendimento das responsabilidades; referências de *benchmarks*; interações com Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária e discussões com o Colegiado. Como resultado, considerando o relatório apresentado pela consultoria, foi elaborado o Plano de Trabalho Anual do CAE 2022, incluindo cronograma detalhado dos assuntos a serem tratados e a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei nº 13.313/2016, à Lei *Sarbanes-Oxley* - SOx 301/407, à Instrução CVM 509, e a boas práticas de governança; a frequência

Copel Serviços S.A.

de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano de forma a otimizar a agenda do colegiado.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2022 traz 20 temas principais, distribuídos em 86 pautas fixas ao longo do ano, distribuídas em suas 12 reuniões ordinárias.

A auditoria independente, atualmente *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes* - Deloitte, é responsável pela auditoria das Demonstrações Contábeis e deve assegurar que essas apresentem, de forma adequada, a posição patrimonial e financeira da Companhia - Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, CTE¹, COM, SERVIÇOS e Eólicas) e controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade, e as normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. Além disso, a Deloitte também é responsável por avaliar o ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais uma vez que essas são sujeitas à lei americana *Sarbanes-Oxley* - SOx.

O Comitê de Auditoria Estatutário elaborará, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei *Sarbanes-Oxley* – Sox, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário teve alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros, desde que a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016; que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente; que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e que o Presidente do Comitê fosse membro do Conselho de Administração.

Em 2021, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2021/2023: Conselheiros Marco Antônio Barbosa Cândido (como Presidente), Carlos Biedermann (como especialista financeiro) e Luiz Cláudio Maia Vieira (profissional externo), todos membros independentes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela *Securities and Exchange Commission* - SEC e pela *New York Stock Exchange* - NYSE.

¹ Ver NE nº 41, em 03.08.2021 foi concluído o desinvestimento da Copel Telecomunicações S.A.

Copel Serviços S.A.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de disponibilização de profissional interno, com dedicação exclusiva, para assessorá-lo no desempenho de suas atribuições, foi deliberado na 226ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de 06.11.2020, a designação do assessor do CAE da Copel, Adilson Dvulathca (registro 49438), conforme a Circular-058/2020, de 10.11.2020.

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2021

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

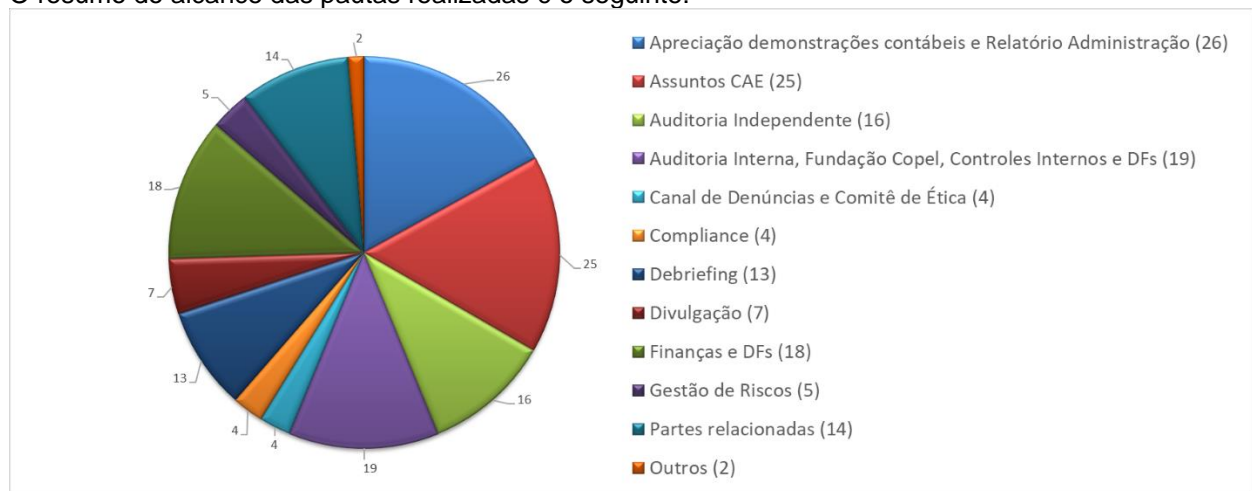
As pautas das reuniões realizadas em 2021 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado para o Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para a discussão do Colegiado ao longo do ano, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões: apreciação de informações contábeis; auditoria externa; canal de comunicação confidencial; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários; partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, foram realizadas 20 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, que contemplaram 153 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Gerentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias, controladas e coligadas, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas realizadas é o seguinte:



3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2021, foram contempladas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 16 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente Deloitte para o Formulário 20-F, de 2020; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2021; controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2021; contratação de serviços adicionais relacionados à Auditoria Independente da Copel Distribuição S.A.

Copel Serviços S.A.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Mensalmente são monitoradas, pelo Colegiado, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2021, foram realizadas 26 pautas, sendo que em todas foram apreciadas as demonstrações contábeis e em 9 pautas, o Relatório da Administração. Essas pautas abordaram a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2020; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2021; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2020 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

O Comitê discutiu com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos, os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê verificou que as Demonstrações Financeiras da Companhia - Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais e controladas - estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel², bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e das normas emitidas pela *Securities and Exchange Commission - SEC* e *Lei Sarbanes-Oxley - SOx*.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2021, foram tratadas 19 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna e a verificação de suas recomendações, aprovou o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - Raint 2020 e o Plano Anual da Auditoria Interna - Paint 2020/2021; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à *Lei Sarbanes-Oxley - SOx*.

Na 240ª Reunião, de 13.07.2021, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel e os impactos da pandemia Covid-19 na Carteira de Investimentos da Fundação Copel. Na 248ª Reunião, de 07.12.2021, a Fundação Copel apresentou o acompanhamento dos Planos Previdenciários.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

² Ver NE nº 41, em 03.08.2021 foi concluído o desinvestimento da Copel Telecomunicações S.A.

Copel Serviços S.A.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2021, foram tratadas 8 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; e recebeu a atualização do status de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a *Lei Sarbanes-Oxley - SOX*. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação.

O Colegiado também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do Colegiado, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2021, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 4 pautas do Canal de Denúncias. Essas pautas abordaram o acompanhamento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação através da Auditoria Interna.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o Acompanhamento do Canal de Denúncias pela área de Compliance e, mensalmente, a Auditoria apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2021, foram tratadas 5 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos, a revisão dos riscos estratégicos e a revisão do Programa de Integridade da Companhia.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da matriz de riscos, determinou que fosse adicionada à Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos, a necessidade de análise trimestral, por parte do Comitê, e semestral por parte do Conselho de Administração, da matriz de Riscos, bem como os planos de mitigação decorrentes. Além disso, foi objeto de análise pelo comitê a revisão da Política de Gestão de Riscos da Companhia.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições "avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia".

Copel Serviços S.A.

No decorrer de 2021, foram tratadas 14 pautas de transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. Essas pautas abordaram, além da recomendação para aprovação das transações em si, a revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses e o monitoramento das operações/transações com Partes Relacionadas.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Nessas pautas tratadas, foram base Políticas Internas da Companhia como: de aplicação financeira, de investimentos, de contratação de serviços de auditoria independente, de integridade e atualização do programa de integridade.

Em relação a controladas e coligadas, o CAE, fez o monitoramento ao longo do ano em suas reuniões, conforme as atribuições definidas em seu Regimento Interno, considerando a relevância, a materialidade e os riscos dos negócios dos quais participa a Companhia.

No âmbito de sua programação para 2021, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado.

Considerando a necessidade de disponibilização de profissional interno com dedicação exclusiva para assessor no desempenho das atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, desde 2020 foi designado como Assessor do CAE da Copel, Adilson Dvulathca (registro 49438), conforme a Circular-058/2020, de 10.11.2020, em atendimento à deliberação da 226ª reunião, de 06.11.2020.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E GERENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Gerentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre das Gerências Executivas, através de suas Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

- Reporte do Comitê de Ética e Canal de Denúncias.

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico do Comitê de Ética e Canal de Denúncias à necessidade de registros formais com relação às

Copel Serviços S.A.

advertências aplicadas pela Companhia nos casos tratados no Comitê de Ética e a possibilidade, a ser verificada pela DRC, de definir no Código de Conduta, regras para quarentena para os empregados que se desligam da Companhia.

- Elaboração e aprovação das DFs.

O Comitê de Auditoria Estatutário solicitou à Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores – DFI a análise quanto a possibilidade de ajuste no cronograma para deliberações sobre as Demonstrações Financeiras - DFs e demais temas correlatos das Subsidiárias Integrais da Copel (Holding) e deliberação das DFs da Copel (Holding).

Adicionalmente, solicitou à DFI a apresentação sobre seus projetos e oportunidades de melhorias nos processos para atendimento às necessidades da Companhia.

- Processo de licitação de serviços de Auditor Independente.

O CAE recomendou à Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores – DFI que nos processos licitatórios para contratação de serviços de auditoria independente, sejam vedação de cobrança de horas adicionais sem negociação e aprovação prévia e que a Auditoria Interna revise o processo previamente à divulgação do resultado final. O CAE acompanha a qualidade da execução do contrato de auditoria independente, bem como as condições para sua renovação. Adicionalmente, o Comitê alinhou o modus operandi com a auditoria independente quanto aos prazos e cronograma de reuniões do colegiado de forma a assegurar sinergia no processo.

- Reporte trimestral sobre o monitoramento do portfólio de riscos da Companhia.

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do monitoramento do portfólio de riscos da Companhia, a manutenção dos reportes trimestrais, e que, na próxima revisão do Portfólio, sejam revistos a probabilidade e o impacto dos riscos, a fim de melhorar a sua comparabilidade.

- Reporte dos trabalhos de cibersegurança

O Comitê de Auditoria Estatutário da Copel vem sistematicamente envidando esforços para acompanhar as melhorias promovidas pela Companhia em relação à cibersegurança. O tema é pauta periódica do colegiado em suas reuniões, tendo apoio tanto da Diretoria de Gestão Empresarial, quanto da Diretoria Reunida, Auditoria Interna e Auditoria Independente.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento mensais das deficiências apontadas pela auditoria externa, contratação de consultoria independente para auxiliar no processo de revisão dos controles internos do grupo Copel, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

- Auditoria Interna

O CAE recomendou à Auditoria Interna a avaliação junto à auditoria externa, Deloitte, dos requisitos necessários para que os trabalhos da Auditoria Interna possam ser utilizados pelos auditores independentes, para otimização de esforços.

Por ocasião da aprovação do PAINT, o CAE solicitou à Auditoria Interna revisão do seu “Plano de Treinamento da Auditoria Interna para 2022”, considerando as tendências de mercado e evolução do quadro de empregados da Companhia.

- Adaptação à LGPD

Por ocasião do reporte sobre as ações da Companhia para adaptação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, o CAE solicitou à D.P.O. que os eventos adversos ou extraordinários sobre a LGPD devem ser comunicados tempestivamente ao CAE e ao CAD.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes*, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2021, no Relatório Anual 2021, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 22 de março de 2022.

MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO

Presidente

CARLOS BIEDERMANN

Especialista Financeiro

LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA

Membro Externo

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2021 E SOBRE OS ESCLARECIMENTOS DA DIRETORIA À
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COPEL SERVIÇOS S.A.**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Serviços S.A. abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e o esclarecimento da Diretoria à Assembleia Geral Ordinária da Copel Serviços S.A. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalva e com parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionista.

Curitiba, 29 de março de 2022

DEMETRIUS NICHELE MACEI

Presidente

OTAMIR CESAR MARTINS

JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

